



DESPACHO

Objetivos estratégicos 2025-2027

O Procurador-Geral da República estabelece, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 90º da Lei da Organização do Sistema Judiciário e do artigo 19º n.º 2, alínea s) do Estatuto do Ministério Público, os objetivos estratégicos do Ministério Público para vigorar no triénio judicial de 2025-2027, constantes em anexo ao presente despacho.

A determinação de objetivos para o Ministério Público visa a adequação da sua atividade e dos seus resultados para o triénio em referência, procurando cada vez mais conseguir dar uma resposta ao cidadão de maior qualidade, eficiência e celeridade.

No entanto, no contexto atual, confrontados com os constrangimentos que assolam ambas as magistraturas, nomeadamente quanto à evidente carência de oficiais de justiça e de magistrados, os objetivos traçados não podem deixar de ter em consideração essas vicissitudes.

Num plano de continuidade e reforço dos principais aspetos estratégicos de anos anteriores as grandes linhas de orientação incidem:

- (i) no reforço da confiança e do acesso do cidadão à justiça,
- (ii) na organização e desempenho do sistema judicial e
- (iii) nas condições de exercício de funções dos magistrados.

Para a sua efetivação foram recolhidos os contributos dos departamentos e gabinetes dependentes da Procuradoria-Geral da República, de modo a envolver todos num compromisso de concretização da estratégia definida.



Estes objetivos exigem, em momento posterior, um esforço de concretização de natureza processual, através da elaboração de propostas anuais de objetivos pelas Procuradorias da República das comarcas, da competência dos Magistrados do Ministério Público Coordenadores e das Procuradorias Gerais Regionais.

Neste contexto, ao abrigo do disposto no artigo 19.º, n.º 2, alínea s) do Estatuto do Ministério Público, determino:

- I. Os objetivos estratégicos para o triénio 2025-2027 são os que constam em anexo ao presente despacho, do qual fazem parte integrante.
- II. Os Magistrados do Ministério Público coordenadores das Procuradorias da República das comarcas, tendo por referência os objetivos estratégicos trianuais agora estabelecidos devem elaborar as propostas de objetivos para o ano judicial de 2025 até ao dia 28 de fevereiro de 2025, as quais devem ser enviadas à Procuradoria-Geral da República, por via hierárquica, para homologação.

Comunique-se o presente despacho aos Senhores:

- Procuradores Gerais Regionais.
- magistrados do Ministério Público coordenadores do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Constitucional, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Administrativo.
- magistrados do Ministério Público coordenadores das Procuradorias da República nos Tribunais Administrativos e Tributários.
- magistrados do Ministério Público coordenadores de Comarca.



MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Comunique-se, ainda, aos Senhores diretores:

- do Departamento Central de Investigação e Ação Penal
- do Gabinete Cibercrime
- do Gabinete da Família, da Criança, do Jovem e do Idoso e Contra a Violência Doméstica
- do Departamento de Cooperação Judiciária e Relações Internacionais
- do Departamento das Tecnologias e Sistemas de Informação
- do Departamento Central Contencioso do Estado e Interesses Coletivos e Difusos
- Núcleo de Assessoria Técnica

Divulgue-se o presente despacho no SIMP e insira-se no módulo Documentos Hierárquicos, subespécie “Despachos”, do SIMP e do Portal do Ministério Público.

Lisboa, 13 de janeiro de 2025

O Procurador-Geral da República

Amadeu Guerra